

**COMISSÃO EVENTUAL DE INQUÉRITO PARLAMENTAR À
ATUAÇÃO DO ESTADO NA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS
NA SEQUÊNCIA DOS INCÊNDIOS DE 2017 NA ZONA DO
PINHAL INTERIOR**

[Inquérito Parlamentar n.º 2/XIV/1.ª (PSD)]

Reunião n.º 26

7 de outubro de 2020

(17:13 h – 19:10 h)

Ordem do dia: Audição do Dr. João Marques, ex-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande

Presidente da Comissão: Paulo Rios de Oliveira (PSD)

Raul Miguel Castro (PS)

Deputados oradores: João Dias (PCP)

João Gouveia (PS)

Paulo Leitão (PSD)

Ricardo Vicente (BE)

O Sr. **Presidente** (Paulo Rios de Oliveira): — Srs. Deputados, vamos dar início à reunião da Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar à atuação do Estado na atribuição de apoios na sequência dos incêndios de 2017 na zona do Pinhal Interior.

Eram 17 horas e 13 minutos.

Hoje os nossos trabalhos prendem-se com a audição do Sr. Dr. João Marques, na qualidade de ex-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão, a requerimento do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr. Dr. João Marques é também, como todos sabemos, nosso colega Deputado. Aproveito para lhe dar as boas-vindas a esta Casa que também é sua, sendo que, desta vez, está numa posição institucional diferente.

Conforme o Sr. Dr. João Marques sabe – e vou referi-lo para não confundir –, temos três rondas de perguntas, sendo que a primeira tem o modelo de pergunta/resposta com oito minutos para cada grupo parlamentar, na segunda as perguntas são feitas de forma seguida, cabendo a cada grupo parlamentar cinco minutos, e a resposta é conjunta e é ainda possível haver uma terceira ronda, de três minutos a cada grupo parlamentar com a hipótese de cada Sr. ou Sr.^a Deputada usar da palavra por dois minutos por inscrição própria.

Como sabe também, o Sr. Doutor tem a possibilidade de, querendo, fazer uma intervenção inicial e é precisamente por aí que começo, dando-lhe, de imediato, a palavra.

O Sr. Dr. **João Marques** (ex-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão): — Sr. Presidente, muito obrigado, gostaria de tecer algumas considerações.

Começo, naturalmente, pelos agradecimentos e cumprimentos ao Sr. Presidente, a todos os Srs. Deputados e a toda a equipa de apoio a esta Comissão. Agradeço também a oportunidade que me dão de transmitir o que foi o papel da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande nos incêndios e no pós-incêndios de 2017.

Quero também saudar as populações daqueles concelhos martirizados pelos fogos de junho de 2017 e, particularmente, os pedroguenses, pois, como sabeis, sou natural de Pedrógão Grande. Deixo, portanto, um abraço muito apertado aos meus conterrâneos pedroguenses.

Sabemos que o sofrimento foi muito grande, porque se perderam muitas vidas. Muitos ficaram feridos e todo o património construído ao longo da vida, para alguns, foi total ou parcialmente destruído. Por isso, o respeito é o mínimo exigível para com aquelas populações vítimas, vítimas do fogo e do processo de reconstrução mal conduzido pelos responsáveis políticos.

O povo de Pedrógão é sério, é honesto e se alguma eventual ilegalidade ou irregularidade existiu estou em crer que foi apenas porque assim foi orientado. Informaram que deviam declarar todos os prejuízos, repito todos os prejuízos, causados pelo fogo e foi isso mesmo que fizeram.

Se, eventualmente, a seriação, a seleção dos apoios a conceder a obras a realizar precederam de algumas ilegalidades, as populações, em minha opinião, não são naturalmente responsáveis. Fizeram o que lhes foi pedido e não será justo que possam, eventualmente, ser penalizadas por isso.

Quero também informar que falarei essencialmente, se não apenas, daquilo que julgo saber, nomeadamente do papel desempenhado pela Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande, no que diz respeito à distribuição de bens alimentares, de produtos de higiene pessoal e doméstica, de artigos farmacêuticos e de primeiros socorros, ou às obras de recuperação de habitações ardidas, à cooperação com os serviços desconcentrados do Estado, durante o fogo e no pós-fogo, nomeadamente com a segurança

social, com a Administração Regional de Saúde, com as Forças Armadas, particularmente com os fuzileiros psicólogos que estiveram no terreno, com voluntários associados ou individuais – neste caso, dando apoio com alojamento e alimentação – e também ao acompanhamento e tratamento de queimados nas instalações da Unidade de Cuidados Continuados Integrados que é propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande.

Assim, Sr. Presidente, será à volta destas questões, digamos assim, que me preparei responder a esta digníssima Comissão.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado.

Vamos dar início, então, à primeira ronda de perguntas, cabendo a palavra ao Sr. Deputado João Dias, do Grupo Parlamentar do PCP.

O Sr. **João Dias** (PSP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, boa tarde. Quero cumprimentar o Dr. João Marques, nosso estimado colega na Assembleia da República. Permita-me que, nesta audição, o trate por Dr. João Marques para, na qualidade de ex-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão, podermos obter alguns esclarecimentos que nos possam ajudar na missão que temos aqui para podermos perceber o que se passou na sequência dos incêndios de Pedrógão Grande e até antes. Isto porque nada acontece, como disse ainda ontem, por geração espontânea e aquilo que aconteceu em Pedrógão tem, naturalmente, causas e os efeitos resultaram no incêndio.

O Dr. João Marques conhece a perspetiva que o PCP tem tido e apresentado junto de cada um dos depoentes, pelo que dispensar-me-ei de o fazer hoje e passarei, desde já, ao questionamento relativo ao processo de atribuição dos apoios.

O Sr. Doutor disse aqui que agradecia a oportunidade dada para poder clarificar o papel e o envolvimento da Santa Casa da Misericórdia de

Pedrógão e, nesse sentido, queria precisamente começar por aí. Qual foi, objetivamente, o papel e o envolvimento que a Santa Casa da Misericórdia teve no processo de atribuição dos apoios?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. João Marques.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, logo no dia do incêndio, bem como nos dias seguintes, a Santa Casa deparou-se, digamos assim, com um problema imediato que foi o do socorro às pessoas que a ela recorreram.

Portanto, a Santa Casa com as suas instalações acolheu muitas pessoas, muitos populares que, fugindo do fogo, ali se refugiaram, e outros que os bombeiros e a proteção civil «obrigaram», para sua própria proteção, a sair das suas localidades, das suas aldeias. Um dos sítios escolhidos pelas pessoas foi precisamente a Santa Casa da Misericórdia e as suas instalações do lar e da unidade de cuidados continuados. O papel começou imediatamente aí sem, sequer, estarmos a contar. As necessidades de alimentar muitas destas pessoas surgiu no imediato.

No pós-fogo, também recebemos ou passámos a receber a boa vontade dos portugueses no que diz respeito a produtos alimentares, roupas, mobiliário, eletrodomésticos. Tudo, naqueles dias, caiu, digamos assim, na Santa Casa da Misericórdia e, se calhar, com alguma surpresa, com este movimento tão espontâneo de solidariedade do povo português. Mas rapidamente tentámos adaptar-nos a esta realidade e também fomos para o terreno apoiar as populações.

No pós-incêndio, exercemos atividade no tratamento, como disse na minha intervenção inicial, aos feridos, àqueles que, após terem estado no hospital, regressaram às suas casas ou que, não podendo regressar às suas

casas, foram integrados na unidade de cuidados continuados da Santa Casa da Misericórdia e também no apoio à reconstrução de algumas habitações com os montantes que foram recolhidos produto, como disse, da solidariedade do povo português.

Foram estas, digamos, as áreas principais de intervenção da Santa Casa da Misericórdia.

O Sr. **João Dias** (PSP): — Sr. Dr. João Marques, foi assinado um protocolo, do qual tenho a minuta, entre a União das Misericórdias Portuguesas (UMP), a Fundação Calouste Gulbenkian e o Instituto da Segurança Social, cuja cláusula 4.^a refere e define as ações a desenvolver pela União das Misericórdias Portuguesas e pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Tendo em consideração a lista que aqui está, vemos que deve apoiar-se a reconstrução ou a reabilitação – estou a falar da alínea *a*) do ponto 1 – de habitações afetadas pelos incêndios segundo um plano articulado previamente com o Fundo REVITA.

Relativamente a esta cláusula 4.^a pedia que me esclarecesse qual foi a participação da Santa Casa da Misericórdia, tendo em consideração que estava representada por um representante da União das Misericórdias neste protocolo que definia apoiar a reconstrução segundo um plano articulado com o Fundo REVITA.

O que lhe solicito é o esclarecimento de qual o envolvimento, a participação em todas estas ações a desenvolver e, em concreto, na articulação deste plano com o Fundo REVITA.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Dias, a Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande não foi ouvida, nem achada, como se costuma dizer, neste processo. Portanto, no protocolo estabelecido

entre a União das Misericórdias e a Fundação Calouste Gulbenkian, a Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande não teve nenhum tipo de intervenção. Aliás, nem a União das Misericórdias, nem o Fundo REVITA numa primeira fase, acordaram o que quer que seja com a Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Dr. João Marques, referiu-nos que a Santa Casa teve, de uma forma mais categorizada, quatro intervenções: uma imediata; outra pós-fogo, com os donativos; outra de acompanhamento dos feridos; e, finalmente, uma de reconstrução de algumas habitações.

Não sendo tida nem achada neste protocolo, como é que a Santa Casa da Misericórdia teve esta participação na recuperação de algumas habitações? E que habitações foram essas?

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Deputado, como disse, a Santa Casa da Misericórdia recolheu vários donativos dos portugueses, nomeadamente o produto oriundo de uma linha telefónica de valor acrescentado da RTP (Radiotelevisão Portuguesa), no valor, se bem me lembro, sem consultar os documentos, de cerca de 134 000 €.

Em conjunto com outros donativos em dinheiro que foram entregues, a Santa Casa decidiu, por si, em reunião de direção, aplicar esses fundos, não em proveito próprio, não em obras da Santa Casa, digamos assim, porque embora esses valores tivessem sido doados à Santa Casa sem um fim específico, a Santa Casa decidiu que deviam ser todos aplicados no apoio às vítimas do incêndio.

Este apoio às vítimas do incêndio contemplava essencialmente a reconstrução de primeiras habitações, portanto de habitações permanentes. A Santa Casa, na altura, porque não tinha conhecimento destes protocolos, nem de regulamentos do REVITA, nem do que se passava entre os diferentes

atores no terreno, e conhecendo o que aconteceu e as famílias, os prejuízos que tinham sido causados, decidiu fazer a reconstrução de três casas que se calculava que pudesse rondar o valor total dos donativos em dinheiro que foram entregues. Escolheram-se três habitações: uma na freguesia de Pedrógão Grande, uma na freguesia da Graça e outra na freguesia de Vila Facaia.

Para surpresa nossa, porque não sabíamos como as coisas se processavam, foi-nos dito pela CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional) que a Santa Casa, por si só, não poderia escolher, selecionar as obras a ser intervencionadas e que isso seria distribuído por alguém – pensei eu pela câmara municipal, o REVITA, a CCDR, como veio a acontecer. Ou seja, iriam ser distribuídas obras para a Santa Casa intervencionar, nomeadamente casas queimadas, casas degradadas, que teriam de ser recuperadas e foi isso que aconteceu.

Aguardámos e foram atribuídas numa fase inicial três obras à Santa Casa da Misericórdia cujo valor, após ser consultado o mercado, foi muito inferior às projeções que a própria autarquia e a CCDR tinham previsto para estas obras, foram valores inferiores, foi o mercado a funcionar com pedido de propostas às empresas de construção civil da região, portanto, ficou aquém do valor, pouco mais de metade, se me lembro 130 000 €, a Santa Casa tinha 200 e qualquer coisa mil euros para aplicar, e, na altura, comunicámos que ainda tínhamos uma determinada verba para aplicar.

Sei que a câmara municipal ainda no meu tempo, porque eu só estive na Santa Casa da Misericórdia até fevereiro de 2018, pois houve eleições em dezembro de 2017 e a nova mesa administrativa tomou posse em fevereiro de 2018.

Portanto, há coisas que eu já não acompanhei, embora relativamente a obras que até estão aqui, porque eu pedi à Santa Casa da Misericórdia que me fornecesse todos os elementos que dissessem respeito ao seu papel e à

sua intervenção neste processo, mas sei que, entretanto, foram entregues à Santa Casa mais uma série de pequenas obras, nenhuma de grande dimensão, aliás, como a Santa Casa pretendia, e, por acaso, até numa primeira fase tinha dito ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da RTP que havíamos pensado em fazer reabilitações de três casas, percebendo que o dinheiro chegava para isso, mas, depois, acabaram por ser obras de menor dimensão que foram intervencionadas.

Essas três que foram distribuídas pela CCDR e depois outras que foram distribuídas pela câmara municipal, muitas já com orçamento, algumas já, de alguma forma, realizadas mas com a pretensão de que a Santa Casa cobrisse esses custos com a reabilitação desses menores prejuízos noutras habitações.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Do que conseguimos depreender dos esclarecimentos que aqui nos prestou, ou seja, um daqueles principais receios que o PSD tem relativamente a todo este processo, o aproveitamento até quase, imaginemos, a duplicação de apoios para o mesmo fim, ou seja, a mesma perda poder ser apoiada por diversas entidades, essa situação não aconteceu, na medida em que, numa fase inicial, a Santa Casa da Misericórdia terá escolhido, elegido, três habitações, mas depois, no fundo, isso ficou ultrapassado, porque o Fundo REVITA e a CCDR atribuíram habitações, salvaguardando que não haveria aqui o risco de ser duplamente atribuído este processo.

Nós percebemos que não houve por parte da Santa Casa duplicidade em termos de apoios.

Tendo em consideração que este protocolo tem um representante na União das Misericórdias, como é que a Santa Casa da Misericórdia ficou

completamente afastada de todo este processo, com que justificação? Qual o fundamento para que a Santa Casa da Misericórdia não tivesse aqui uma participação, um papel e um envolvimento neste processo, de forma a que pudesse articular todo este plano que era definido pelo REVITA?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Deputado, eu não sei qual foi o motivo pelo qual a Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande, ou melhor, posso, eventualmente, desconfiar, mas desconfiar não é certeza, foi afastada deste processo quando, inicialmente, até por sua iniciativa e também por pressão dos próprios acontecimentos, teve de partir, imediatamente, para o terreno, porque as coisas aconteceram não porque a Santa Casa da Misericórdia quisesse participar do processo de reconstrução, ou de apoio às vítimas no imediato, mas porque eram as próprias vítimas que iam pedir socorro à Santa Casa e, obviamente, não podíamos, de forma alguma, abstermo-nos de prestar esse apoio.

O mesmo se passou com os donativos que caíram em catadupa... Nos primeiros dias foi uma coisa que os Srs. Deputados não conseguem imaginar, porque era de tal forma a quantidade de coisas que chegavam que começámos a ter grandes dificuldades de armazenamento dos donativos que os portugueses faziam chegar à Santa Casa da Misericórdia.

Mais: começámos a apelar às entidades, nomeadamente à Protecção Civil e ao poder político local, no sentido de que se pudessem reunir todos os atores que estavam no terreno – a Santa Casa, a Associação de Bombeiros, que também recebeu muitos donativos em espécie, as juntas de freguesia, algumas associações de melhoramentos das aldeias que, por estarem próximo e por pertencerem às aldeias mais martirizadas, receberam donativos –, pois havia necessidade de coordenar este processo que estava a

ser caótico, porque, numa fase inicial, cada um começou a trabalhar para seu lado, a Santa Casa a fazer aquilo que entendia fazer e os outros atores, as outras instituições, as outras associações a fazerem o mesmo e a Câmara e as juntas de freguesia a fazerem também o seu papel, visto que estavam também a receber esses donativos e esses bens.

Portanto, pareceu-nos, até, na altura, necessário que houvesse uma reunião que permitisse coordenar todo este processo para que cada um dos atores soubesse qual o papel que iria desempenhar neste processo.

Posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que numa *ata* da Santa Casa da Misericórdia do dia 27 de junho, 10 dias depois do fogo, refere-se o seguinte, se me permitem ler: «O provedor tomou a palavra informando os presentes que, na sequência do fogo de 17 de junho de 2017, a instituição foi solicitada pela Segurança Social e outras para prestar apoio às vítimas desde a noite desse dia, nomeadamente com condições para dormirem os desalojados, alimentação, roupa, cuidados de enfermagem, apoios técnicos de diversas áreas que a instituição possui e demais necessidades, pelo que se tomaram as providências necessárias desde o primeiro momento até à presente data e continuaremos a colaborar com essas entidades de forma a garantir conforto às vítimas.

Mais informou que estamos a receber o mais diverso tipo de bens, tais como roupas, alimentos, consumíveis de enfermagem, móveis, artigos domésticos, artigos de higiene pessoal e habitacional, entre outros, pelo que continuamos a aguardar indicação da Câmara Municipal de Pedrógão Grande para reunir as entidades locais responsáveis na comunidade para a possível distribuição de responsabilidades.»

Portanto, 10 dias depois ainda não havia, digamos assim, uma distribuição de responsabilidades pelas diferentes entidades. Aliás, deixe-me dizer que isso só aconteceu quando, julgo eu - e o julgamento é meu -, o Governo na altura, as entidades desconcentradas do Estado, nomeadamente

a CCDR, apercebendo-se do caos que se estava a instalar no concelho de Pedrógão Grande, até porque em outros concelhos estavam a atuar outras entidades, como a Cruz Vermelha, os Médicos do Mundo, etc. e em Pedrógão, em alguns casos, não foi possível, porque a autarquia os dispensou, entendendo que não era necessária a sua intervenção, apercebendo-se das dificuldades que estavam a acontecer no terreno foi a própria presidente, a Prof.^a Dr.^a Ana Abrunhosa, hoje Ministra da Coesão Territorial, como sabemos, que foi para Pedrógão coordenar os trabalhos.

Sei que o primeiro *briefing* foi feito já com a presidência, entre aspas, dela, com a coordenação da Sr.^a Presidente da CCDR na altura, onde estiveram presentes as juntas de freguesia, a Santa Casa da Misericórdia, os bombeiros e as entidades e instituições que no terreno estavam a dar este primeiro apoio. Portanto, aqui, nesta fase, ainda não se tratava de nenhum processo de reconstrução; a preocupação nesta altura eram as vítimas que estavam sem casa, eram as pessoas que estavam desalojadas, eram os familiares das pessoas que morreram.

Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que os lares da Santa Casa na altura quase que duplicaram a sua capacidade. Entre as pessoas da Segurança Social, dos Fuzileiros que dormiam em instalações da Santa Casa, o próprio gabinete do Provedor foi transformado num quarto para dois psicólogos fuzileiros dormirem, e a necessidade de acolher as pessoas refugiadas, as que tiveram de abandonar as suas casas, a capacidade da Santa Casa triplicou ou quadruplicou, tendo havido uma adaptação, houve, inclusivamente, colchões espalhados pelos corredores para as pessoas puderem pernoitar.

Tudo isto para além daqueles que, depois do regresso da esmagadora maioria às suas casas, ficaram durante muito tempo alojados nas unidades residenciais da Santa Casa e alguns até acabaram ir ficar para sempre, não sei se ainda hoje lá estão, mas penso que alguns pedroguenses dessa altura

ainda hoje permanecem nos lares, nos centros residenciais, da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Sr. Doutor, tendo em consideração aquela que é, clara e manifestamente, a capacidade de uma instituição como a Santa Casa da Misericórdia, em termos de conhecer o território e o concelho, porque é que apenas se ficou pelo solicitar de apoios numa fase inicial e não mais participou, ou seja, por que é que não foram solicitadas informações à Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão relativamente às necessidades? A sobre as ações inspetivas, a Santa Casa também não participou em nenhuma ação inspetiva relativamente a apoios, nomeadamente até às três habitações? Também não participou?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Deputado, não sei se entendi bem a sua pergunta, Sr. Deputado João Dias, mas se se refere às investigações, à aplicação de fundos... Se perguntou se a Santa Casa participou nesse processo, se é isso, digo que não, que a Santa Casa não participou.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — Referia-me ao acompanhamento da execução da reconstrução das habitações, por exemplo.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, para responder.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Deputado, a Santa Casa acompanhou as obras que estavam à sua responsabilidade, embora os autos de medição tivessem sido todos eles feitos pelos funcionários do município, porque a Santa Casa da Misericórdia não tinha meios técnicos nem humanos para poder fazer esse tipo de trabalho. Não trabalha nenhum engenheiro civil nem nenhum arquiteto na Santa Casa da Misericórdia, portanto tudo o que tinha a ver com autos de medição para proceder a pagamentos era a câmara municipal que dava esse apoio.

O Sr. **Presidente**: — Queira continuar, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias** (PCP): — E o único fundo que a Santa Casa da Misericórdia utilizou – e estou a falar monetariamente, porque todos os outros bens são géneros e não é a esses que me refiro – foi o que veio daquela linha telefónica. Não houve mais nenhum fundo?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Não, Sr. Deputado. Foi o fundo da linha telefónica e todos os donativos individuais em dinheiro que chegaram à Santa Casa da Misericórdia

Eu terei oportunidade, se o Sr. Presidente da Comissão me permitir, de entregar um *dossier* onde constam os editais com a listagem dos donativos que foram entregues à Santa Casa da Misericórdia, donativos em espécie, que traziam guia da remessa ou fatura a que a Santa Casa teve de corresponder com a respetivo recibo, embora de acordo com o nosso revisor oficial de contas e com a empresa que faz a contabilidade da Santa Casa, tivesse de ser contabilizado de uma forma especial, e não me perguntem, porque não sou especialista nessa matéria, mas a Santa Casa teve de passar

o recibo desses bens que vinham perfeitamente identificados. Tenho aqui também uma listagem com os donativos que foram entregues em dinheiro e uma listagem de todas as pessoas e empresas que, de uma forma ou outra, fizeram chegar donativos em espécie à Santa Casa da Misericórdia, e aí o Sr. Deputado poderá ver o montante: por exemplo, no Edital n.º 3, de 29 de agosto de 2017, a Mesa administrativa informa que tinha recebido 51 528,09 € em donativos em espécie, que foram contabilizados pela Santa Casa e que vinham faturados. Embora a Santa Casa não tenha pago, não tenha despendido esse dinheiro, teve de emitir o respetivo recibo. Foram contabilizados os donativos em dinheiro – onde se inclui a tal linha da Rádio Televisão Portuguesa, com 134 283,60 € – e, nessa altura, tínhamos 169 583,44 €.

Sei que, depois, o grupo ERA Imobiliária, entre as diferentes lojas, conseguiu angariar cerca de 30 000 €, que doou à Santa Casa da Misericórdia, para obras que eles próprios quiseram acompanhar. Portanto, quiseram saber, e muito bem, onde é que o dinheiro que provinha dos seus trabalhadores, dos seus funcionários, das diferentes lojas, foi aplicado.

Ainda acompanhei essa fase, com as pessoas do Grupo ERA, na altura, a receber o dinheiro e, de alguma forma, a programar como é que ele devia ser aplicado e como devia ser fiscalizada a sua aplicação. Mas, entretanto, saí da Santa Casa e já não acompanhei o processo no terreno.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Dias:** — Já percebemos que, afinal de contas, não havendo uma articulação formalizada, acabou por ter de haver forçosamente uma articulação, por força da necessidade de atribuição dos apoios.

Tendo em consideração o momento em que foi Provedor, e até mesmo como pedroguense, que conhecimento tem de situações críticas que ficaram por atender? E porque é que não foram atendidas?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Dr. João Marques.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Corro o risco de, depois, ter de repetir isto mais vezes, não é?! Mas, na minha opinião, há duas situações que ficaram por atender e que me parece injusto, porque deviam ter sido atendidas.

Falo, em primeiro lugar, de alguns dos prejuízos em instalações agropecuárias, de pequenos agricultores que não puderam ver satisfeita a sua pretensão de verem reconstruídas instalações que arderam. Eram prejuízos ainda de alguma monta e, para se poderem candidatar a fundos, tinham a obrigatoriedade de se coletar.

Estamos a falar de pessoas reformadas, de pessoas com outras atividades laborais, que fazem agricultura e pecuária como segunda atividade, alguns até como *hobby*, um *hobby* que, neste caso, foi caro, mas um *hobby* para conseguir mais algum rendimento, visto que, naqueles meios rurais, as reformas das pessoas são muito baixas. Portanto, a agricultura é sempre um complemento muito importante aos seus rendimentos familiares.

O facto de não terem sido apoiadas muitas destas instalações, que permitiam às pessoas ter animais e, com isso, conseguir mais algum rendimento, parece-me uma falha grave que não devia ter acontecido.

Uma outra tem a ver com o facto de não ter havido apoio a muitas segundas habitações. Se a primeira razão foi o facto de terem de se coletar e as pessoas que não quiseram acabaram por arcar com os prejuízos e abandonaram a atividade agrícola e agropecuária, neste caso das segundas habitações, penso que o apoio acabou por não ser grande, porque os

regulamentos, de alguma forma, impediam que assim fosse. Tenho quase a certeza de que também foi porque, entretanto, houve processos com algumas irregularidades que determinaram a suspensão de todas as obras que estavam a ser executadas. Muitas delas estão a meio, não foram acabadas e estão à espera que as coisas aconteçam, nomeadamente a nível judicial. Estão à espera, portanto, que os processos judiciais em curso, que foram levantados pelo Ministério Público, cheguem ao fim para, eventualmente, se poder avançar. Digo eu! Não sei se é essa a intenção do REVITA ou não. Só o REVITA ou os responsáveis por ele é que o poderão dizer.

Mas tenho perfeita consciência de que a prioridade tinha de ser dada, indubitavelmente, às casas de habitação permanente – não temos a mínima dúvida de que estas deviam ser as primeiras – e algumas segundas habitações, e outras que nem sequer eram segundas habitações, eram casas muito antigas, já abandonadas há muitos anos, algumas já sem telhado, sem nada. Tudo isso levou a que, de facto, os responsáveis suspendessem todo o processo.

Julgo que as segundas habitações naqueles territórios são muito importantes para a sua própria economia, porque a segunda habitação é de pessoas emigrantes, de pessoas que vivem fora daquela região, nomeadamente em Lisboa, no Porto e noutras cidades, que vinham à terra aos fins de semana, durante as férias, contribuindo com a sua atividade, contribuindo com as suas compras, contribuindo com a sua presença para a economia local.

Há, também, a comunidade estrangeira. Não se esqueçam que aquela região tem, neste momento, uma comunidade estrangeira já muito grande. Vou dar um número referente a 2013. Não sei como é agora, se são mais, se são menos, mas, em 2013, quando exercia funções autárquicas, só em Pedrógão Grande já havia qualquer coisa como 42 ou 43 famílias de estrangeiros, que já estavam recenseadas no próprio concelho, portanto, já

podiam votar nas eleições autárquicas, e que já tinham a sua residência no concelho. Muitos outros, se calhar muitos mais, não tinham residência, mas tinham comprado casas nas aldeias, que reabilitaram. Aliás, há aldeias no concelho de Pedrógão que já são habitadas maioritariamente por estrangeiros, havendo já uma ou duas onde só residem estrangeiros. Eram aldeias já abandonadas e, neste momento, estão repovoadas só com estrangeiros. Há casos dessas pessoas, desses cidadãos, que, infelizmente, não viram as suas casas reabilitadas. Estas arderam e, não tendo residência, sendo entendidas como segundas habitações, não foram reconstruídas nem reabilitadas.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Deputado Raul Miguel Castro.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Dias**: — Sr. Dr. João Marques, nesta audição, tem tido a capacidade de cortar muitas das questões que aqui tenho, tendo em consideração que, na sua resposta, acaba por complementar uma das questões que lhe iria colocar.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Peço desculpa!

O Sr. **João Dias** (PCP): — Não! É mesmo assim e ainda bem que se adianta!

Uma das preocupações que tinha com esta questão que lhe coloquei prendia-se, de facto, com as consequências da falta de apoios para o território e para a população. Parece-me que isto ficou bastante bem descrito.

Passados três anos, tendo em consideração que conhece bem estas gentes, gostaria que nos deixasse a sua apreciação relativamente ao facto de esta população estar, de certa forma, esquecida e um pouco colocada à margem, em todo este processo, tendo em consideração que os apoios foram curtos, ajustando-se mais as perdas aos apoios do que os apoios às perdas.

Entende que a população está um pouco à margem do processo e do envolvimento que devia ter sido considerado?

O Sr. **Presidente** (Raúl Miguel Castro): — Sr. Dr. João Marques, tem a palavra.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Dias, com certeza que as palavras que vou dizer não têm a ver com o facto de ter exercido o cargo de Provedor da Santa Casa, mas têm mais a ver, julgo eu, com a minha opinião pessoal.

De facto, passados três anos, há muita coisa por fazer. Aquilo que se perspectivava, aquilo que se subentendia, aquela esperança que foi transmitida às pessoas daqueles territórios não foi, de facto, concretizada.

As pessoas e as instituições, depois desta desgraça, julgavam que, de facto, ia haver aqueles projetos-piloto, aquele investimento maciço e massivo naquela região, a procura e o incentivo às empresas para lá se localizarem, a criação de postos de trabalho através desses incentivos à instalação de empresas, ou através da desconcentração de serviços da Administração Central ou da Administração Regional. Tudo isso acabou por não acontecer.

Para abreviar e tentar ser o mais sucinto possível, aquela riqueza, ou a riqueza que aqueles territórios tinham, era a floresta. Era o que os habitantes daquela região tinham, também, como complemento aos seus parques rendimentos, as árvores que vendiam de tempos a tempos, portanto a floresta.

Também nesse aspeto, aquilo que, de alguma forma, se perspetivou carece ainda de realização, porque, como o Sr. Deputado sabe, não há ainda planos de gestão para a região, planos de gestão florestal e de reflorestação. Está agora a falar-se nos planos de paisagem e em avançar-se com alguma alteração ao modelo que se revelou, pelo menos, perigoso, em termos de ocorrência sistemática de fogos florestais. Mas essa alteração à floresta que, de alguma forma, permitisse às populações, aos pequenos proprietários, retirar de lá algum rendimento está, naturalmente, também por fazer.

Portanto, os proprietários florestais, neste momento, estão a desistir, não arriscam fazer investimento, porque esse investimento que hoje fazem é para queimar, é para arder daqui a pouco tempo.

Sem os apoios necessários por parte de quem deve, naturalmente, a Administração Central, com certeza que as coisas vão continuar na mesma.

O Sr. **Presidente** (Raúl Miguel Castro): — Sr. Deputado João Dias, tem exatamente 15 segundos para formular uma última pergunta.

O Sr. **João Dias**: — De facto, o PCP tem procurado, nestas audições, encontrar os apoios que deviam ter sido concedidos e perceber onde houve as falhas. É precisamente aí que nos devíamos concentrar.

Tendo em consideração a ideia que foi criada, que combatemos a todo o custo, de que estas gentes seriam vigaristas e aproveitadores da situação, queria fazer-lhe só uma pergunta tão simples quanto isto: qual o alento que tem estas gentes, neste momento, tendo em consideração a forma como foram desprezadas antes do incêndio e durante o incêndio? Foi uma situação muito complexa, tendo em consideração a dimensão da tragédia, mas, após o incêndio, continua, de certa forma, esse desprezo, porque foram feitas mais proclamações e mais propaganda do que, propriamente, foram dados apoios efetivos, mesmo agora com uma comissão de inquérito destas.

Qual é, portanto, o alento que a população tem?

O Sr. **Presidente** (Raúl Miguel Castro): — Dr. João Marques, tem a palavra.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, o alento é o desalento. As pessoas estão, de facto, desiludidas. As pessoas continuam a sofrer, porque, de facto, esta foi uma tragédia muito grande.

Sob o ponto de vista económico, penso que é a isso que se refere, em relação àquilo que devia ter acontecido no território e não aconteceu, a resposta sobre o que as pessoas pensam sobre isto está no abandono por parte dos mais jovens, da geração mais capaz, que está a acontecer naqueles territórios, porque o emprego não existe e, dos poucos empregos que existiam, muitos deles foram destruídos por esta desgraça, por este acontecimento.

Se aqueles já eram territórios muito despovoados, estou convencido de que, a não acontecer nada, dentro de pouco tempo, pouca gente residirá naqueles concelhos do interior, especificamente naqueles concelhos do pinhal interior.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente Paulo Rios de Oliveira.

O Sr. **Presidente**: — Passamos, assim, ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra ao Sr. Deputado João Gouveia.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Sr. Presidente, Caros Colegas Deputados, Caros membros de apoio à atividade parlamentar, naturalmente,

cumpre-nos também, no plano formal, saudar o nosso depoente, o Dr. João Marques, também Deputado, também ex-Presidente de Câmara Municipal de Pedrógão Grande, se a memória não me traiçoa durante quatro mandatos, atualmente Vereador, com mandato suspenso ou em vias de retoma, e, acima de tudo, pelas razões que anteriormente despendi, um profundo conhecedor da realidade desta sub-região – que integra três concelhos vizinhos, duramente atingidos –, tanto a realidade física como a realidade social.

Evidentemente todos sabemos que ele está aqui, hoje, não em nenhuma destas qualidades que referi, mas antes como ex-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande, concretamente no período em que ocorreram os trágicos incêndios, 17 a 24 de junho de 2017, e, pelo menos, nos meses que se seguiram.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, normalmente, tem feito como que uma nota de enquadramento, relativa ao objeto da Comissão, o que, do nosso ponto de vista, hoje, não fará sentido, uma vez que o depoente é Deputado e, portanto, sabemos bem que é suposto estar, no mínimo, tão bem informado quanto nós, logo, afigura-se-nos que seria, até, porventura, abusivo fazê-lo.

Assim sendo, passaríamos, de imediato, a um conjunto de questões, procurando, tanto quanto possível, não sermos repetitivos, procurando fazê-lo de forma muito sintética, porventura por forma a potenciar também respostas sintéticas, uma vez que o Dr. João Marques já deu um conjunto exaustivo e pormenorizado de explicações.

Passo, neste contexto, às questões propriamente ditas, e que se nos afiguram como indo ao encontro do objeto desta Comissão Eventual de Inquérito Parlamentar.

Não obstante a ambiência social, muito complexa e difícil, vivida logo após a tragédia, a verdade é que os factos nos dizem que cerca de meia dúzia de dias depois terão sido efetuados, ainda que por várias entidades, uma

panóplia de levantamentos das múltiplas anomalias resultantes desses incêndios rurais, pergunto: a Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande colaborou nesses levantamentos?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, Dr. João Marques.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, se bem percebi, quanto a anomalias, em termos genéricos, a Santa Casa não participou em nenhum tipo de levantamento.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Dr. João Marques, o Estado, mais uns poucos dias depois – a nosso ver, de forma célere –, designadamente através do Decreto-Lei n.º 81-A/2017, de 7 de julho, determinou a criação do Fundo REVITA.

Qual o envolvimento concreto, se é que existiu, da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande nos vários domínios da recuperação da normalidade social? E, a ter tido esse envolvimento concreto, qual o quadro de relacionamento, de articulação, cooperação, quer com a Câmara Municipal, quer com as juntas de freguesia, no desenvolvimento dessas ações?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Dr. João Marques.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, relativamente ao Fundo REVITA, a Santa Casa da Misericórdia não

participou em rigorosamente nada que tivesse que ver com a sua constituição.

A Santa Casa da Misericórdia aceitou, por sugestão da CCDR e no que diz respeito à recuperação das casas ardidas, cumprir o regulamento do próprio REVITA. Aliás, nos documentos que deixarei aqui consta, precisamente, esse compromisso, por parte da Santa Casa da Misericórdia, em respeitar o regulamento do Fundo REVITA.

Relativamente ao papel da Santa Casa na ultrapassagem da anormalidade que aconteceu com este acontecimento respondo, Sr. Deputado, aquilo que tive oportunidade de responder, também, ao Sr. Deputado João Dias.

A Santa Casa da Misericórdia atuou aqui em vários domínios, no apoio direto: com géneros alimentares; com produtos de higiene pessoal; com produtos de higiene doméstica; com alguns produtos farmacêuticos, mais relacionados com primeiros-socorros; com apoio técnico, digamos assim, de alguma forma; com apoio domiciliário; e apoio nas próprias instalações da Santa Casa, na altura do fogo e, naturalmente, também nos meses que se seguiram ao fogo.

Posteriormente, portanto, o seu papel alargou-se, como disse, à reconstrução de algumas casas e à reabilitação de outras que tinham danos menores, provocados pelos incêndios.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Perdoar-me-á a insistência, mas julgo que não se terá pronunciado relativamente à segunda parte da questão anterior, sobre o que foi, se é que existiu, o quadro de relacionamento com a Câmara Municipal e com as juntas de freguesia no desenvolvimento dessas ações de apoio e de recuperação em diversos e variados domínios.

O Sr. **Presidente**: — Tem ainda a palavra para responder.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Com as juntas de freguesia o relacionamento da Santa Casa da Misericórdia foi imediato, até porque as juntas recorreram várias vezes aos serviços da Santa Casa da Misericórdia, bem como a Santa Casa também às próprias juntas de freguesia.

Aliás, devo dizer que, já mais tarde, as próprias juntas de freguesia transferiram o que tinham em armazém, que tinha que ver com apoios de bens pessoais e bens alimentares, para a Santa Casa, porque era, de facto, a Santa Casa que estava no terreno a fazer essa distribuição.

Com a Câmara Municipal, não aconteceu. Portanto, a Câmara continuou a fazer a distribuição dos bens que lhe eram atribuídos. Apenas, como disse, passado algum tempo, 10 dias após a vinda da CCDR é que se fez, digamos, a seriação e se fez a distribuição dos diferentes apoios a prestar às populações. Nessa altura, sei que a Câmara, para além do levantamento das necessidades de obras, ficou com a distribuição de tudo o que eram materiais de construção, eletrodomésticos, mobiliário, roupas, etc., etc., porque as outras instituições não tinham capacidade de armazenamento.

Portanto, tudo o que a Santa Casa da Misericórdia tinha, a este nível, passou para a Câmara Municipal, e a cooperação aconteceu com naturalidade, porque a Câmara Municipal fazia um determinado trabalho e a Santa Casa, as juntas de freguesia e também os bombeiros faziam outro trabalho, complementar.

Deixe-me dizer-lhe que — não sei precisar, só consultando os documentos —, a partir que uma determinada altura e porque as coisas estavam a estabilizar, a Santa Casa solicitou à Segurança Social, nunca tendo recebido resposta a essa solicitação, que enviassem uma listagem das pessoas e famílias que ainda estavam em situação de necessidade.

Mais tarde, o GORR (Gabinete Operacional de Recuperação e Reconstrução), o gabinete que a Câmara criou para coordenar estes processos, não sei se teve alguma comunicação da Segurança Social ou não, mas foi o próprio GORR que apontou ou enviou uma listagem à Santa Casa das famílias que deveriam continuar a ser apoiadas com bens alimentares e com aqueles produtos que a Santa Casa ainda tinha em armazém.

A partir dessa altura, essa colaboração, ou essa cooperação, passou a existir.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Dr. João Marques, tanto quanto for do seu conhecimento, poder-nos-á confirmar que já foram recuperadas todas as primeiras habitações?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado, sem lhe dar uma garantia absoluta, porque entretanto me afastei de todo aquele processo, pelo que sei e pelo que tenho ouvido, as primeiras habitações foram todas recuperadas, se não entendermos como primeira habitação aquelas dos estrangeiros, que já estavam na região e cujas casas ainda não foram reabilitadas, mas aquelas que, de facto, são entendidas como primeira habitação, como habitação permanente, julgo saber que foram todas reabilitadas.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Gouveia, tem a palavra.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Dr. João Marques, tem, ou teve, conhecimento de algum ou de alguns casos que ilustrem qualquer desigual tratamento no apoio à recuperação em casos semelhantes, ou que, porventura, configurem uma qualquer prática irregular?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, faça favor de responder.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Tenho conhecimento de casos que, entretanto, foram investigados e que estão sob a alçada da justiça.

Portanto, não lhe posso dizer o nome das pessoas, de que não me estou a recordar, mas tenho conhecimento de casos de obras que foram interrompidas, por pretensas irregularidades, ou de outras que, tendo sido reconstruídas, estão a ser alvo de investigação, porque não se tratam, de facto, de casas de habitação permanente.

O Sr. **Presidente**: — Pode prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Dr. João Marques, sabendo, todos nós, que por muito que se resolva – e quando digo todos nós falo dos que tiveram responsabilidades de gestão, quanto mais não seja da sua própria casa –, se houver sentido de ambição e sentido de responsabilidade, há sempre muito por resolver, ainda assim, e não tanto como ex-Provedor, mas como profundo conhecedor, perguntar-lhe-ia o seguinte: como é que, apesar de tudo, avalia, qual é a sua apreciação relativa, por exemplo, ao impacto social e económico do Fundo REVITA, se nos lembrarmos que, com uma dotação de cerca de 7 200 000 euros, 83% desse valor foram já aplicados, executados? Qual é a sua apreciação pessoal sobre este resultado?

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Presidente, dividia a minha resposta em duas partes.

No que diz respeito à habitação permanente, o impacto é positivo, as pessoas viram as suas casas reabilitadas. E deixe-me, até, sublinhar que, em alguns casos, ficaram com uma casa melhor do que aquela que tinham anteriormente, porque, em alguns casos eram casas antigas e agora ficaram com casas novas ou, pelo menos, uma parte totalmente nova.

Aí, de facto, o impacto é positivo e acho que é de louvar, de agradecer, agradecer aos portugueses, agradecer às empresas, que contribuíram para o Fundo REVITA e, naturalmente, ao Estado, que pôs dinheiro no Fundo REVITA.

Mas, atenção, não devemos esquecer todos os outros atores que estiveram no terreno. O Fundo REVITA é uma pequena parte. O Fundo REVITA, das mais de 200 casas, reabilitou 30 ou 40 – não tenho bem a certeza –, ou 20 ou 30...

O Sr. **João Gouveia** (PS): — 100 casas, 100!

O Sr. Dr. **João Marques**: — Portanto, há que ter em conta a União das Misericórdias Portuguesas, há que ter em conta a Fundação Calouste Gulbenkian, há que ter em conta a Cruz Vermelha Portuguesa, há que ter em conta empresas privadas que estiveram no terreno a reabilitar casas, a própria Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande e tantas outras entidades que estiveram no terreno, neste processo de reabilitação do edificado, das casas.

Se me perguntar se o impacto de todo o investimento naquela região foi positivo, dir-lhe-ei que não, porque não houve impacto, sequer, ou não houve investimento.

Reabilitaram-se algumas infraestruturas, que ficaram danificadas pelo fogo, mas investimento gerador de riqueza, como disse há pouco, gerador de emprego, ou que provocasse a reabilitação da economia local e investimento naquilo que era o mais importante da região, que era a floresta, não; está tudo, absolutamente, por fazer!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Dr. João Marques, percebo algumas das considerações que fez, mas compreenda também que, por opção pessoal, situo as minhas questões de forma sempre ligada ao objeto da Comissão.

Estava para perguntar-lhe, ainda na sequência das questões anteriores e um pouco em contraponto com a última consideração que acabou de despende, a propósito da reposição do potencial produtivo no território, o seguinte: de acordo com dados de julho de 2020, foram investidos, por exemplo na recuperação de equipamentos públicos, nesses três concelhos, cerca de 3 milhões de euros, 85% dos quais costeados por fundos comunitários, 15% através do Fundo de Emergência Municipal, com participações a 100%.

Já na reposição da atividade empresarial, através de dados também de 2020, foram investidos, num conjunto alargado de empresas, apoios de cerca de 2 milhões de euros, com sensivelmente 80% já aprovados e atribuídos.

Há pouco comecei por dizer que, enfim, por mais que resolvamos, gostaríamos de resolver sempre mais. Ainda assim, insisto em saber qual é a sua apreciação pessoal sobre estes dados factuais.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. João Marques, pode responder.

O Sr. Dr. **João Marques**: — É, de alguma forma, repetir-me.

Portanto, foi reabilitado o património existente, nomeadamente a nível dos edifícios. Algumas empresas industriais foram apoiadas para reposição do seu potencial produtivo, quer na recuperação de instalações, quer na aquisição de máquinas ou equipamento.

Mas volto a dizer que estamos pior do que estávamos. Embora algumas dessas empresas tivessem voltado à laboração, a perda populacional provocada por estes acontecimentos e o facto de não se ter conseguido trazer para o território outros atores, ou seja, outros investimentos geradores de riqueza, levam a que eu possa concluir que as coisas não estejam – Sr. Deputado, desculpe-me dizer-lho – nada melhores daquilo que estavam anteriormente ao fogo, embora isto tenha acontecido e tenha havido este apoio às empresas. Mal seria se, depois de a União Europeia ter posto à disposição do Governo esses apoios, alguns deles não tivessem sido aplicados no território.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado João Gouveia, pode continuar.

O Sr. **João Gouveia** (PS): — Dr. João Marques, naturalmente com um profundo respeito pelo conhecimento indiscutível que tem da realidade social que estamos aqui a apreciar, ainda assim, julgo que se justificará uma questão que não tinha previsto, até na sequência das suas últimas considerações.

Desejando todos nós – julgo que, naturalmente, sem qualquer exceção – que tragédias desta natureza nunca se repitam, permitir-me-ia solicitar-lhe que respondesse a esta última questão: que sugestões nos apresentaria que acredita poderem contribuir para uma melhoria da eficácia na resposta social, em situações desta natureza? Enfatizo: que sugestões concretas apresentaria, se quiser, como resultado da aprendizagem que a resposta a quadros trágicos desta natureza em todos nós suscita?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Dr. João Marques, tem a palavra.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Bem, Sr. Deputado, trata-se aqui de uma opinião pessoal, mas também não me escuso de dá-la, embora evidentemente fora do objeto desta comissão parlamentar de inquérito e do meu papel aqui como ex-Provedor da Santa Casa. Não fujo à questão!

Acho que, em cenários desta natureza, há duas respostas a dar. A primeira é a de que, de facto, se evitem cenários iguais, desta natureza, no futuro. Para se evitar este tipo de cenários, é óbvio, embora considerando que as condições e as alterações climáticas têm, de alguma forma, proporcionado estes acontecimentos, não tenho dúvidas de que será necessário, no que diz respeito aos incêndios florestais – é disso que também estamos aqui a falar – , fazer um trabalho muito importante e intenso em relação ao ordenamento florestal, à construção de um novo modelo da floresta. Evidentemente, falo de um modelo que possa trazer rentabilidade aos seus proprietários, porque sem isso não há floresta, a não ser que o Estado queira comprar ou nacionalizar a floresta toda e poder, então, pensar apenas em fazer floresta de paisagem, floresta não produtiva, digamos sim.

Portanto, falo de um novo modelo de floresta, mais resiliente, obviamente acompanhado pelos mecanismos necessários ao combate a pequenos focos de incêndio que vão sempre acontecer. Esta resposta é a montante.

No caso de acontecerem – desejamos que não – novas catástrofes desta natureza, que o modelo aplicado em Pedrogão Grande possa essencialmente servir de exemplo, mas para não se cometerem os erros que se cometeram e para se corrigir, eventualmente, o que faltou acontecer àquele território.

Volto a dizer que aquelas populações ficaram na expectativa de haver outra atitude por parte dos responsáveis políticos, no que diz respeito a novos

investimentos, não apenas na recuperação do que já existia. Quando estas desgraças acontecem, um pouco como está a acontecer com esta pandemia, a recuperação é sempre lenta. Mesmo que se atire dinheiro para repor momentaneamente a capacidade de resposta, se contratarem mais médicos ou enfermeiros, isso não tem consequências imediatas na vida das pessoas no que diz respeito à parte económica. Ali é a mesma coisa.

Portanto, não houve investimento, não houve capacidade de o Estado local e central trazer para aquele território investimento produtivo, que é aquilo de que necessita.

Com o exemplo do próprio Estado, com a desconcentração de serviços, levou-se para lá a Unidade de Missão para a Valorização do Interior, que fez o que fez, se calhar com boa vontade, mas que não criou um posto de trabalho em Pedrogão Grande. Portanto, situou-se lá esta empresa de gestão florestal, a FlorestGal, e, que eu saiba, poucos ou nenhuns postos de trabalho criou. Se formos analisar e olhar para o território, não estou a conseguir vislumbrar mais nenhuma ação concreta que permitisse o desenvolvimento daquela região.

Penso que o investimento privado é fundamental, com condições que o Estado terá de dar a esses investidores para poderem transferir para lá as suas empresas, acompanhado não apenas por um processo de descentralização do Estado, que, muitas vezes, trata apenas de transferir despesas para as autarquias ou para as instituições locais, mas por verdadeiros processos de desconcentração de serviços, de instituições, de institutos, de empresas públicas para aquele território, por forma a criar emprego e, assim, dinamizar o tecido económico-social. E isto está por fazer, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Terminada a intervenção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, passo ao Grupo Parlamentar do PSD.

Sr. Deputado Paulo Leitão, tem a palavra.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Presidente, começaria por cumprimentar o Colega, Deputado, Dr. João Marques.

Antes de iniciar a nossa ronda de questões, permita-me salientar o papel humanitário de instituições como a Santa Casa, principalmente na sequência da grave tragédia dos incêndios ocorridos no mês de junho de 2017, que deixaram uma enorme perda a nível da floresta, das propriedades agrícolas, infraestruturas, empresas, habitações e, principalmente, de vidas humanas.

No que concerne ao objeto desta Comissão, que já aqui foi falado por quem me antecedeu, deixe-me só reforçar uma breve mensagem que penso que, muitas vezes, em várias intervenções, tem sido distorcida, diria. Ao PSD, com a propositura da constituição desta Comissão, nunca lhe passou nem passará pela cabeça, nem no passado nem no futuro, que ficasse qualquer mancha sobre as populações de Pedrogão Grande, como aqui bem disse o Dr. João Marques, mas, sim, deferir o que não correu bem a nível das responsabilidades da Administração Central e as lições que temos de tirar para futuro. São estes os motivos da propositura do PSD e é por isto que nos norteamos. Respeitamos muito toda a população que sofreu este grave drama humano.

Recordo que, de acordo com recomendações internacionais, no âmbito da ajuda humanitária, o Estado deve organizar a coordenar a ajuda, envolvendo as organizações não-governamentais, a sociedade civil e as organizações intergovernamentais, sendo que também devem ser instituídos sistemas de controlo que previnam as situações de fraude e de corrupção, garantindo a devida divulgação dos resultados ou ações.

Conforme já foi aqui referido pelo Dr. João Marques, o papel da Santa Casa na prestação de apoios passou por apoios com bens de primeira

necessidade, bens em espécie, alimentares e não só. Dos donativos que a instituição recebeu em dinheiro, também deu apoio à reconstrução de primeiras habitações.

Sobre os donativos em espécie, percebi que houve várias entidades, junto das câmaras e não só, que receberam donativos em espécie e apoiaram as populações. Pergunto: como foi feita esta coordenação? Houve alguma entidade que tenha assegurado esta coordenação?

O Sr. **Presidente**: — Pode responder, Dr. João Marques.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Leitão, inicialmente, e durante muito tempo, não houve qualquer tipo de coordenação. A Santa Casa da Misericórdia fazia o seu trabalho e as juntas de freguesia, as associações de moradores das aldeias, recreativas e culturais, receberam também apoios do povo português. A própria Câmara Municipal recebia também apoios. Enquanto não houve reuniões e *briefings* coordenados pela CCDR cada um trabalhou para seu lado, como costuma dizer-se.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, pode continuar.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Posso deduzir, das suas palavras, que estas reuniões coordenadas pela CCDR foram mandatadas pelo Governo para, no fundo, coordenar estas entidades.

Pergunto-lhe quem é que coordenou, no terreno, estas reuniões.

O Sr. **Presidente**: — Dr. João Marques, pode responder

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Deputado, não sei quem mandou, sei quem esteve a coordenar, porque, de facto, as coisas estavam caóticas. Não é por acaso que a Presidente da CCDR vem para Pedrógão Grande e não vai para mais nenhum outro concelho. Portanto foi, de facto, a Sr.^a Presidente da CCDR que veio coordenar e tentar pôr ordem num processo que estava, de facto, a ser caótico.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Leitão, pode continuar.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Há pouco, quando transmitiu que tinha sido a CCDR, deduzo, como órgão na dependência do Governo, que tenha tido algumas instruções superior para o efeito.

O Sr. Dr. **João Marques**: — É possível!

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Relativamente às doações de bens em espécie, do que percebi, existiu um registo dos bens que foram doados, mas, no fundo, foi um registo de entrada. Foi feito um registo de saída, de apoio às populações? Existia um inventário destes bens em espécie?

O Sr. **Presidente**: — Sr. João Marques, pode responder.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sim. A Santa Casa da Misericórdia, logo de início, registou toda a sua atividade e, inclusivamente, deixe-me dizer-lhe, registou o número de refeições quentes que foram servidas, naqueles dois primeiros dias, quer aos técnicos que foram para o terreno, nomeadamente os técnicos da segurança social e da ARS, quer aos voluntários que, imediatamente, apareceram, quer aos habitantes das aldeias

evacuadas e que vieram para a Santa Casa, onde lhes foi fornecida, naqueles dois primeiros dias, uma refeição quente.

Estas refeições estão devidamente inventariadas na contabilidade e nos serviços da Santa Casa da Misericórdia.

Quando começámos a receber uma panóplia de bens em catadupa, porque as pessoas chegavam e deixavam-nos até ficar à porta, não queriam esperar, as orientações que demos imediatamente aos nossos funcionários foi de identificar quem deixava donativos na instituição, porque, para nós, era importante, mais que não fosse – na altura nem se pensava que viria a haver as confusões que vieram a ocorrer –, para agradecer a quem doava, como era nossa obrigação.

A Santa Casa da Misericórdia, mesmo neste processo mais caótico, de receber roupas, alimentos, de receber tudo... Aliás, só depois, mais tarde, quando se decidiu o que cada ator, o que cada uma das instituições deveria fazer no terreno é que a Santa Casa da Misericórdia passou a receber apenas e a encaminhar tudo o que vinha para além disso, os bens alimentares, os produtos de higiene pessoal, os produtos de higiene doméstica, os produtos para tratar os feridos, porque a Santa Casa da Misericórdia, tendo pessoal médico, pelo menos enfermeiros, deu esse apoio nessa fase inicial e, posteriormente, também.

Portanto, nesta fase inicial e até as coisas começarem a estar mais organizadas tudo caiu na Santa Casa da Misericórdia, e, como respondi à pergunta anterior, após a chegada da CCDR e da sua Presidente, que permitiu que esta reorganização pudesse acontecer.

Mas também aqui tenho, no *dossier* que vou deixar, as atas com as deliberações e alguns exemplares de editais – porque foram feitos uma série deles –, onde, como se pode ver, estão devidamente identificadas as empresas que doaram em espécie, com os produtos devidamente identificados, porque vinham encaixotados, mas acompanhados de guias de

remessa, de faturas, que a Santa Casa da Misericórdia, como já afirmei, depois acusou a receção, através de recibo, onde estão elencadas todas as pessoas – há um ou outro anónimo que não quis identificar-se, ou, identificando-se, não quis que o seu nome constasse – e as empresas que fizeram donativos em dinheiro e todas as pessoas e entidades que recolheram bens alimentares ou outros bens.

Por exemplo, estou aqui a ver o IFP de Arganil, a Super Oficina Estudos Ana Azevedo, a Comunidade Evangélica da Zona Sul de Portugal, a GERTAL, a COMPAL, a Decathlon...

Portanto, temos elencadas todas as empresas e pessoas, são duas folhas, que fizeram esses donativos e de quem nós ficámos com o respetivo registo, embora, e volto a dizer, não foi circunstancialmente possível, em muitos dos dias, perceber a quantidade de produto doado.

Vejam: tivemos, por exemplo, uma empresa que foi para lá com uma camioneta carregada de pepinos. Ora, era completamente impossível saber a quantidade, sabíamos que eram pepinos! Outra com uma camioneta carregada de bananas, se calhar, umas 3 ou 4 toneladas de bananas que andámos a distribuir pelas escolas... pelas escolas não, que na altura estavam fechadas, mas pelas misericórdias, pelas instituições de solidariedade da região, não apenas de Pedrógão, mas pelos concelhos que foram também consumidos pelo incêndio.

Portanto, no momento também não era fácil, porque as pessoas não estavam em fila, à espera que se contassem os quilos de arroz ou as peças de roupa, mas temos tudo devidamente inventariado, o que foi possível, e identificado quem o deixou.

Não tendo sido possível, naqueles dias, naquela primeira semana fazer isso – nem tínhamos meios humanos, nem voluntários –, além dos cabazes que estão perfeitamente identificados e posso dizer que até agosto nós distribuímos 830 e não sei quantos cabazes de alimentos por famílias – e,

depois, tivemos o cuidado de registar quem ia à instituição buscar comida ou bens que a Santa Casa da Misericórdia estava a distribuir. Nós temos aqui, também, como exemplo, estas fichas individuais com os produtos, os comuns, elencados – quando era mais algum produto que não estivesse aqui elencado acrescentava-se – e as respetivas quantidades.

Por exemplo, esta família, com seis pessoas no seu agregado familiar, neste dia levou três embalagens de esparguete, três de arroz, duas de açúcar, duas de feijão, duas de grão, duas de farinha, bolachas variadas, guardanapos, etc., etc.. Portanto, a Santa Casa da Misericórdia sabe exatamente do que cada família ou cada pessoa beneficiou, em relação a este tipo de apoio, quais as quantidades e em que dias e altura beneficiou.

São uma série de *dossiers*, meia dúzia de *dossiers* que estão aqui, meia dúzia por cada mês, para o que o Sr. Presidente e os Srs. Deputados entenderem por bem.

Sr. Deputado, não sei se me perdi...

O Sr. **Presidente**: — Penso que não, obrigado.

Sr. Deputado, pode prosseguir, por favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Agradeço ao Dr. João Marques, que consegue antecipar as perguntas que lhe vamos colocar.

Quero dar só um enquadramento: do que percebi, só na primeira fase, quando havia, no fundo, um conjunto de donativos que chegava em grande quantidade, é que foi difícil assegurar este registo. Depois foi perfeitamente possível, apesar da emergência da situação, da dificuldade da situação, assegurar o mesmo.

E isto, porquê? No fundo, para perceber da dificuldade da gestão destes donativos em espécie, porque na pág. 35 do relatório do Tribunal de

Contas é feito um reparo, na parte do Fundo REVITA, de que não foi feita esta inventariação nem houve este cuidado.

No fundo, é para perceber destas dificuldades por parte de uma entidade que também teve de assegurar o mesmo, estando também presente no terreno.

Pergunto: quais foram os critérios e, no fundo, quem participou depois na definição de quem apoiar e em quê?

O Sr. **Presidente**: — Sr. Doutor, pode responder.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sobre o critério, vamos ver: os técnicos da Santa Casa da Misericórdia e os próprios elementos da Direção da Santa Casa da Misericórdia conhecem, conheciam, a realidade social local e onde é que os problemas aconteceram.

Deixe-me dizer-lhe que se aparecessem pessoas da vila de Pedrógão a pedir apoios ou alimentação, com certeza que não havia autorização para lhes dar, porque não tiveram nenhum tipo de prejuízo ou, pelo menos, não tiveram prejuízo direto. Indireto, com certeza que sim, as suas propriedades foram eventualmente destruídas, mas não tiveram, digamos assim, um prejuízo direto na sua casa que lhes impedisse de fazer as suas refeições ou que tivessem ardido todos aqueles bens de primeira necessidade.

Portanto, os apoios eram concedidos às pessoas oriundas das aldeias do concelho de Pedrógão Grande, infelizmente quase todas, e que necessitavam deste apoio e necessitavam deste apoio nestes primeiros dias, de imediato. E também a outras instituições, que não apenas de Pedrógão Grande, que se dirigiram a pedir apoio à Santa Casa da Misericórdia.

Portanto, nós não tivemos, inicialmente, nenhum processo de seriação, de avaliação, digamos assim, das necessidades de cada um, porque isso era absolutamente impossível, para já, porque a Santa Casa da Misericórdia não

tinha meios para isso. E penso, deixe-me dizer-lhe, que com a confusão do momento, nem a Segurança Social, que tinha técnicos no terreno, estava em condições, nos primeiros tempos, de fornecer à Santa Casa da Misericórdia o nome das pessoas ou apontar o nome das famílias que necessitavam de mais apoio.

Isso aconteceu muito mais tarde, através do GORR, portanto, da Câmara Municipal de Pedrógão Grande, que apontou cerca de 80 famílias para apoiar, mas isso quase um mês depois do fogo acontecer. Até aí a Santa Casa da Misericórdia, pelos seus próprios meios, digamos assim, conhecendo a realidade social e conhecendo as pessoas, fazia a respetiva distribuição, sempre com o cuidado, que foi sempre aconselhado aos funcionários e aos voluntários que estavam no processo, de, com estas fichas que vos mostrei, perceber quando é que aquela pessoa ou aquela família tinha recebido os últimos bens, porque não era aceitável que a mesma família ou a mesma pessoa pudesse, em dias seguidos ou em períodos muito reduzidos, vir a solicitar apoio. Tinha de haver aqui algum período temporal que conferisse razoabilidade à entrega desses bens.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Leitão, faça favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — No que concerne às casas recuperadas, percebi, pelas respostas dadas anteriormente, que houve coordenação com o Fundo REVITA no que concerne às casas a recuperar pela Santa Casa.

Pergunto-lhe: como funcionou, pelo menos no tempo em que estive como Provedor da Santa Casa da Misericórdia, como é que eram selecionadas estas casas a entregar à Santa Casa?

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Não sei, não conheço quais os critérios que presidiram à distribuição das casas ardidas, das casas deterioradas, pelos diferentes fundos e pelas diferentes instituições que estavam no terreno.

Sei que, inicialmente, houve um processo de escolha, cada um escolhia as casas que queria intervencionar. A Santa Casa da Misericórdia também apontou, mas sei que, posteriormente, penso que o Fundo REVITA, a CCDR e as próprias câmaras municipais tomaram a seu encargo o processo e foram estas instituições, as câmaras municipais e a CCDR – no caso da Santa Casa foi a câmara municipal e a CCDR – a distribuir as casas a recuperar.

Os critérios que presidiram à escolha desta ou daquela casa para esta ou aquela instituição, Sr. Deputado, sinceramente, não lhe sei dizer que critérios foram esses. Sei apenas que havendo, de alguma forma, ausência de uma entidade, que chegou a estar no terreno na altura e que fez um levantamento de todas as casas que arderam, o IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana), e depois, não sei por que razão, se afastou do processo e saiu do terreno, levou, digamos assim, a alguma confusão e, se calhar, está aqui a resposta para algumas falhas que o processo teve, nomeadamente com algumas injustiças, entre aspas, cometidas na apreciação das obras a realizar.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Mas eu pedia-lhe que esclarecesse como é que, no fundo, lhe chegava a indicação das casas a recuperar. E até explico o porquê da questão: na página 57 do relatório do Tribunal de Contas está escrito que «os municípios de Pedrógão Grande e Castanheira de Pera referiram, nas reuniões ocorridas, que o Fundo REVITA ficou com as casas não seleccionadas ou distribuídas pelas outras entidades».

O Sr. **Presidente**: — Para responder, Sr. Dr. João Marques, faça favor.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Deputado, o que posso dizer e que está aqui devidamente documentado, é que a Santa Casa da Misericórdia, e repito, a determinada altura pretendeu reabilitar algumas casas, uma na freguesia de Pedrógão, outra na freguesia de Vila Facaia e outra na freguesia da Graça.

Todavia, foi-lhe comunicado que não poderia escolher, portanto, não poderia ir para o terreno e dizer que iria recuperar esta ou aquela casa, não podia escolher, e que teria de aguardar que a câmara municipal ou a CCDR lhe atribuíssem as obras a realizar.

E assim foi, Sr. Deputado Paulo Leitão. Tenho aqui, no *dossier* que vou deixar ficar, precisamente um exemplo de um *mail* e, depois, de um ofício da CCDR, a atribuir o processo CA-11, em Campelos, de uma obra em nome de Herdeiros Manuel Lopes, um projeto de obra em execução pela Fundação EDP, uma obra estimada em cerca de 80 000 €; o processo n.º PB-3, em Pinheiro Bordalo, primeira habitação de Ramiro Santos Fonseca, orçamentada em 29 000 €; e o processo FI-24, em Figueira, primeira habitação de Lúcia Cristina Dinis, mãe solteira e uma filha, projeto de obra em execução e possível valor da obra na casa dos 25 000 €...

Portanto, esta comunicação da CCDR diz «coloca à sua consideração a possibilidade de apoiar, com os fundos de que dispõe, as seguintes habitações». E a Santa Casa da Misericórdia acolheu esta sugestão, esta distribuição feita pela CCDR. Aprovou-a em reunião de mesa, comunicou à CCDR que aceitava... É que, se não, não fazia... Já não havia mais, se não aceitasse, não fazia obra e, portanto, se calhar, teria de devolver o dinheiro às pessoas que o deram. Mas aceitou, até porque foi numa altura, em setembro — este ofício data de 8 de setembro de 2017 —, em que a

distribuição das casas pelas outras entidades estava já numa fase muito adiantada...

Portanto, a Santa Casa disse que sim e, depois, temos aqui, novamente, o ofício da CCDR a confirmar e a comunicar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Castanheira, que era também Presidente da Comissão Técnica do Fundo REVITA, que foram atribuídas estas casas à Santa Casa da Misericórdia para recuperar.

Portanto, neste caso concreto, nestas três primeiras casas, foi a CCDR.

Numa segunda fase, e porque, como disse há pouco, o valor que a Santa Casa tinha, de donativos em dinheiro, era maior do que o valor que representavam estas três obras, a Santa Casa, naturalmente, disponibilizou-se para acolher mais outras obras para realizar e esgotar o dinheiro proveniente da boa vontade dos portugueses e também da RTP, da RTP, através da linha, porque foram os portugueses que pagaram, através da linha telefónica.

Nesta fase, foi a câmara municipal, e estão aqui os ofícios da câmara municipal e do GORR a atribuir outras obras à Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de prosseguir, Sr. Deputado Paulo Leitão.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Doutor, então, o que podemos deduzir é que, numa primeira fase, no fundo, foi a CCDR que seleccionou e não a Santa Casa e, numa segunda fase, foi o próprio município. E tudo isto, deduz-se, em articulação com o Fundo REVITA.

O que questiono é se, não tendo escolhido, nunca questionou estas três entidades ou o Fundo REVITA sobre quais os critérios de selecção.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Dr. João Marques.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Deputado Paulo Leitão, nós não questionámos o Fundo REVITA, porque, por aquilo de que nos apercebemos, não tendo o Fundo REVITA, digamos assim, uma equipa técnica para analisar as obras, o processo das obras e a tipologia das obras, julgo eu – quase tenho a certeza, embora não possa garantir em absoluto – que era cada uma das câmaras municipais a fazer essa seriação, essa seleção e a comunicar, depois, ao Fundo REVITA a quem é que cabia recuperar o quê.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Doutor, questiono, então, se, à semelhança do que referiu para os bens em espécie, ou seja, que foram afixados editais com a listagem dos apoios, as casas a serem recuperadas também foram publicitadas por editais.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Deputado, sim, as obras foram, todas elas, publicitadas nos editais que foram afixados em locais próprios e enviados a todas as entidades.

Deixe-me dizer-lhe que, enquanto estive na Santa Casa e se fizeram estes editais com a relação de obras realizadas, com a relação de bens ou dinheiro recebido, eles foram para o Chefe do Governo, foram para o Sr. Presidente da República, aliás, devo dizer, que a própria Santa Casa da Misericórdia recebeu uma comunicação de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, elogiando a clareza e a transparência com que estávamos a

conduzir o processo com a afixação desses editais, e penso que os enviámos também, na altura, para os grupos parlamentares... Divulgámos o mais possível, naturalmente, para garantir transparência e clareza em todo esse processo, que era fundamental para nós.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado Paulo Leitão.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Dr. João Marques, a questão de que falou agora, a transparência, penso que foi aqui referida, e vou falar de memória, pela Sr.^a ex-Presidente da Associação de Vítimas dos Incêndios de Pedrógão Grande, a Dr.^a Nádia Piazza, que referiu a necessidade de editais, a necessidade de publicitar estas decisões das casas a recuperar e até sugeriu que poderiam ter sido colocadas umas placas de obras, no fundo, a dar a noção de que a casa estava a ser recuperada e de onde vinha o financiamento.

Pergunto: nas obras da Santa Casa, para além dos editais e dessa publicitação, foi colocada alguma placa?

O Sr. **Presidente**: — Queira responder, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Não, Sr. Deputado. Com este processo, nós julgámos que a transparência estava mais do que garantida, porque os editais foram para todas as entidades oficiais.

Não foi colocada nenhuma placa nas obras, no meu tempo, embora tenha tido oportunidade, e podemos verificar isso nas atas da Santa Casa, de fazer uma proposta, em reunião de mesa administrativa, no sentido de propormos ao Sr. Presidente do Conselho de Administração da RTP a colocação de uma placa, dizendo «esta obra foi recuperada graças ao apoio dos portugueses, através da linha telefónica disponibilizada pela RTP». Mas,

confesso, durante o tempo em que ainda fui Provedor, isso não aconteceu. Não sei se aconteceu posteriormente, julgo que não, mas não posso garantir.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, queira prosseguir.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Doutor, posso deduzir que, com as preocupações que a Santa Casa teve com a transparência do processo, se revê nas recomendações internacionais, no âmbito da ajuda humanitária e do auxílio, de que é importante que esta transparência ocorra e que seja o mais claro e perceptível possível para as populações.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Completamente, Sr. Deputado, e acho que se assim tivesse acontecido, e esta é a minha opinião pessoal e não como ex-Provedor, com certeza, não tinha havido as confusões que houve imediatamente a seguir, porque, infelizmente, os portugueses, a partir de determinada altura, deixaram de confiar nas instituições que estavam no terreno e passaram a fazer as doações, as ofertas, diretamente, saindo, digamos assim, fora do controlo de quem devia controlar.

É que quando um donativo chega aos bombeiros ou à Santa Casa ou a outra instituição deduz-se que é devidamente controlado e que é distribuído em função de determinados critérios.

Como vimos, a Santa Casa tinha uma ficha por cada beneficiário, por forma a que uns não beneficiassem mais do que outros ou que não beneficiassem mais do que aquilo que era considerado razoável.

Ora, o que aconteceu foi que, a partir de determinada altura, se calhar, porque se lançaram anátemas e desconfianças, através dos meios de comunicação social e das redes sociais, sobre quem estava no terreno, os

portugueses, as associações de emigrantes, as empresas que fizeram recolha de donativos junto dos seus trabalhadores, em vez de entregarem esses donativos, esses produtos, às instituições que estavam no terreno, passaram a ir diretamente às aldeias, às populações, fazer entregas em géneros e em dinheiro. E, depois, claro que corriam relatos, não sei se verdadeiros ou não, de haver pessoas que beneficiaram mais do que outras ou que beneficiaram indevidamente mais do que outras, mas isso eu não sei, não consigo provar.

Sei que, de facto, as pessoas e as organizações deixaram de acreditar e passaram a ir para o terreno fazer essa distribuição, porque se lançaram suspeições sobre o dinheiro que chegava, sobre se estava a ser bem gerido ou não, que era necessário vir o Ministério Público, que era necessário vir o Banco de Portugal...

Todos nos lembramos destas coisas que passaram nos órgãos de comunicação social, com pessoas responsáveis a falar nestes assuntos, e, depois, do *boom* que houve nas redes sociais, com este processo de desconfiança em relação àquilo que estava a acontecer no terreno.

As pessoas questionaram: «mas o meu donativo vai para aquela gente e eles estão a usufruir dele? Há alguém nestas instituições que se está a aproveitar do meu donativo?...» Claro que quem pensou assim, ou quem passou a pensar assim, passou a ir levar o donativo diretamente às pessoas, e sem controlo, porque, evidentemente, aí, não houve possibilidade de fazer qualquer tipo de controlo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Doutor, recuperando o papel de coordenação que a CCDR teve quer na articulação das entidades que recolhiam e distribuíam os donativos em espécie, quer, depois, na atribuição das habitações a recuperar, questiono se alguma vez, nas reuniões em que

esteve, assistiu a alguma chamada de atenção, por parte da CCDD – até porque esta ideia das placas, pelo que me recordo da audição da Dr.^a Nádía Piazza, vem um pouco das placas das obras financiadas por fundos comunitários –, às entidades no terreno, para os cuidados a ter com a transparência.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Deputado, no caso concreto da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande, nunca foi recomendado esse tipo de procedimento; nas outras entidades, não sei.

O Sr. **Presidente**: — Queira prosseguir, Sr. Deputado.

O Sr. **Paulo Leitão** (PSD): — Sr. Doutor, para terminar, duas questões.

O Sr. Doutor assumiu funções autárquicas e, como deve saber, no que concerne, neste momento, aos apoios às segundas habitações, no fundo, o que foi aprovado pelo Governo foi que ficava a cargo dos municípios regulamentar este mesmo apoio. E, tendo soluções distintas, existiram até municípios que optaram por não ter regulamento e por não apoiar a reabilitação das segundas habitações.

Pergunto, primeiro, se acha justo este tipo de medidas num território que foi todo afetado e, segundo, tendo a perceção, que já foi aqui falada, de que, na reposição do potencial produtivo, a solução no escalão entre os 1050 € e os 5000 €, nos incêndios de outubro, já saiu do Ministério da Agricultura e, no caso destes territórios, foi do Fundo REVITA, gostava de saber se também não considera isto uma injustiça e um tratamento diferenciado dos territórios.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr. Dr. João Marques, para responder.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Deputado, a pergunta foi longa, pelo que espero não me ter perdido e ter captado tudo.

Começando pelo fim, sim, há uma certa dose de injustiça. Repito aquilo que disse há pouco: muitos proprietários, muitos agricultores, viram-se impedidos de ser apoiados na recuperação das suas instalações agrícolas e agropecuárias, essencialmente, porque os valores em causa ultrapassavam, em muito, aquilo que podia ser apoiado. E, neste caso concreto, foi apoiado pelo Fundo REVITA.

Mas não foram só estes casos, foi também, segundo consta, um determinado valor para um hospital regional, um hospital da região Centro, valor, esse, que saiu do Fundo REVITA, que devia ser canalizado e orientado, exclusivamente, para a recuperação do património naqueles concelhos e também para a dinamização da economia desses mesmos concelhos.

Portanto, de facto, a mim, também não me parece muito justo.

E deixe-me dizer-lhe que esse dinheiro devia ser canalizado para a reabilitação destas infraestruturas, porque elas são, de facto, muito importantes, e isso poderia permitir que estas pessoas continuassem a produzir.

Veja, por exemplo, muita gente, que tinha produção de bovinos, caprinos e ovinos, desistiu, porque as instalações foram destruídas e não tiveram nenhum tipo de ajuda para a sua reabilitação. Portanto, o Fundo REVITA podia perfeitamente, até porque ainda tem muito dinheiro em caixa, digamos, ter acudido a estas situações e também às segundas habitações que fossem seleccionadas como tal, como verdadeiras segundas habitações. É que

eu próprio também entendo que as verdadeiras segundas habitações deviam ter sido apoiadas pelo Fundo REVITA. Todas!

No processo posterior das segundas habitações, que aconteceu em Pedrógão, não sei por que motivos, mas, na altura em que se abriu o concurso, o prazo para as pessoas se inscreverem foi curto e inscreveram-se cinco ou seis, foram seleccionadas duas e, depois – segundo julgo saber, porque não tenho a certeza –, acabou por nenhuma delas ser apoiada, pois as pessoas desistiram, na medida em que neste novo processo teriam de entrar a suas expensas com 50% do valor da obra.

Ora, as pessoas não tinham esses 50% do valor da obra e desistiram de recuperar a segunda habitação. Não foram apoiadas, o que, volto a dizer, foi mau, porque as segundas habitações são importantíssimas para este processo e as verdadeiras segundas habitações deviam ser incluídas no pacote do REVITA para serem devidamente apoiadas na sua reconstrução. Mas esta é, Sr. Deputado, uma opinião pessoal.

O Sr. **Presidente**: — Terminada a audição por parte do Grupo Parlamentar do PSD, passo a palavra ao Sr. Deputado Ricardo Vicente, do Bloco de Esquerda.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero agradecer ao Dr. João Marques, ex-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande, pela disponibilidade e pelas declarações aqui prestadas.

Quero manifestar a total solidariedade do Bloco de Esquerda com as populações que foram afetadas pelos incêndios de 2017, em especial, as da região alvo desta Comissão de Inquérito.

Quero, ainda, sublinhar que é nosso entendimento que esta catástrofe que se debruçou sobre estas populações resulta essencialmente da incapacidade da política pública para garantir um eficaz ordenamento do território e também das devidas medidas de prevenção e combate a incêndios que, durante décadas, foram negligenciadas, em Portugal, por parte de vários governos.

Não sendo este o assunto central desta Comissão de Inquérito e havendo já muitos esclarecimentos que foram prestados na sequência de perguntas feitas anteriormente por outros Deputados, não me vou alongar.

Quero apenas questionar se, da perceção que tem da atividade realizada no campo e do contacto com as organizações locais, atribui alguma da irregularidade que possa ter ocorrido na atribuição destes apoios e também alguma da sua ineficiência à falta de estrutura que as organizações do Estado – câmaras municipais, ministérios, etc. – tenham tido no território, um território que foi, durante muitos anos, também depauperado pelo êxodo rural e pelo envelhecimento da população e que tem visto muitos dos serviços públicos debilitados.

Portanto, questiono se a atribuição destes diversos apoios e a sua eficiência poderá ter sido afetada por esta incapacidade e que aprendizagens é que, desta perspetiva, podemos retirar para futuro em possíveis novos cenários, nesta ou noutra região.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. João Marques.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Deputado Ricardo Vicente, pergunta-me se algumas irregularidades e ineficiências podem atribuir-se às organizações do Estado. Se calhar, sim, Sr. Deputado. Algumas das irregularidades e das ineficiências detetadas, e das ilegalidades, que são

públicas, apontadas pelo próprio Ministério Público e pelo Tribunal de Contas, podem, efetivamente, ter a ver com alguma deficiência, incapacidade e ausência do Estado no território.

Por isso é que, há pouco, referi que não compreendia muito bem por que razão o IHRU saiu do terreno. Se o IHRU fez o levantamento de todo o património ardido, das casas ardidadas, por que razão não participou na decisão relativamente a quais as instalações que deveriam ser apoiadas? É que isso daria alguma garantia e também alguma justiça, visto que o Estado local e o Estado central estariam neste processo.

Mesmo com a CCDR no terreno – mas não pelo tempo todo, foi só por algum tempo –, isso não foi, na minha opinião, suficiente, exatamente porque não estive o tempo todo, para conseguir evitar que acontecessem algumas dessas irregularidades que apontou. Portanto, de facto, a ausência do Estado do território pode ter contribuído também para esses acontecimentos.

O que tenho a certeza é que essa responsabilidade não pode ser atribuída às pessoas, porque as pessoas foram onde as mandaram, à junta de freguesia, ou seja, procederam de acordo com as regras que foram estabelecidas e com as orientações que lhes deram. E as orientações eram para declararem todos os prejuízos que tiveram – todos! – e as pessoas declararam todos os prejuízos que tiveram, desde o porco à galinha, à instalação agrícola, à instalação agropecuária, à casa, à casa de segunda habitação, à casa que era dos pais, enfim, declararam tudo. E competia, de facto, a essas entidades que o Sr. Deputado aqui subentendeu fazer a seriação, a seleção, a avaliação para, depois, proceder à respetiva intervenção, ou não.

Portanto, essa carência, digamos, no terreno de organismos do Estado pode indiretamente ter contribuído para que algumas coisas não tivessem corrido tão bem.

Mas, volto a dizer, retirando a responsabilidade às pessoas e retirando a responsabilidade aos técnicos, porque houve pessoas que trabalharam muito naquele levantamento, pessoas da câmara, técnicos da câmara e de outras instituições, às quais, como se costuma dizer, «tiro o chapéu» em reconhecimento, e que nada têm a ver com o que de mau aconteceu posteriormente.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Ricardo Vicente, queira prosseguir.

O Sr. **Ricardo Vicente** (BE): — Quero apenas agradecer o esclarecimento prestado e, como referi há pouco, também já estou esclarecido pelas diversas intervenções realizadas anteriormente, pelo que não tenho qualquer outra questão a acrescentar.

O Sr. **Presidente**: — Está, assim, terminada esta ronda e, com isso, também a nossa audição.

Antes, porém, de encerrar a reunião, o Sr. Dr. João Marques deseja usar da palavra para uma intervenção final.

Faça favor, Sr. Doutor.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Sr. Presidente, é só porque me esqueci de dizer algo na minha intervenção inicial.

Penso que seria imperdoável não deixar aqui um agradecimento e um reconhecimento muito forte a todas as pessoas da Santa Casa da Misericórdia no período em que fui Provedor, mas principalmente neste período de grande atividade, de grande intensidade, de grande *stress*, de grande nervosismo, de grande sentimento, porque foi preciso muita coragem para encarar tudo aquilo que nos aconteceu naquela terra.

Portanto, agradeço a toda a equipa da Santa Casa da Misericórdia, do Contrato Local de Desenvolvimento Social da Santa Casa da Misericórdia, porque, de facto, foram inexcelíveis naquele processo.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado. E, se me permite, pelo menos eu, associar-me-ei a esse agradecimento, porque muita gente ali foi herói, houve muitos heróis anónimos.

Srs. Deputados, antes de terminar, quero deixar duas notas. Uma primeira diz respeito a um desafio que lançaria aqui ao nosso depoente, que seria um ato de serviço público inexcelível. É que estou a olhar para o volume e o acervo de documentos que tem e ajudar-nos-ia imenso que pudesse fornecer-nos uma listagem ou uma referência que fosse, sem prejuízo de os Serviços estarem preparados para isso e muito mais. Se nos quisesse ajudar, listando o que é cada coisa e de que é, ficar-lhe-ia grato, nem que com isso gastasse mais alguns dias, mas, depois, pedia-lhe por favor que fizesse chegar à Comissão esse conjunto de documentos que nos parece muito relevante.

O Sr. Dr. **João Marques**: — Isso já está feito, Sr. Presidente!

O Sr. **Presidente**: — Quero ainda dar conta aos Srs. Deputados do seguinte: chegou hoje mesmo à Comissão de Inquérito uma comunicação do Sr. Arquiteto Vítor Reis, cujo assunto é «Afirmções do Sr. Eng.º António Mendes Lopes na audição do passado dia 30 de setembro», em que ele contradita, ou infirma, ou comenta, ou desmente um conjunto de afirmações aqui produzidas relativamente ao IHRU, pelo que percebi, e que será distribuída, a todo o momento, aos grupos parlamentares para os fins que entendam convenientes.

Resta-me agradecer a presença de todos, em especial, a presença do Dr. João Marques, ex-Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Pedrógão Grande, nosso Colega, meu amigo, a sua presença aqui, o seu depoimento e a forma como o fez, o que também contribui para a nossa própria credibilidade.

Agradeço ainda ao Sr. Deputado Raúl Castro, que segurou a mesa num momento de maior aflição.

Srs. Deputados, amanhã, voltaremos a reunir para continuarmos com as nossas audições.

Está encerrada a reunião.

Eram 19 horas e 10 minutos.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.